

Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior

*Fábio Marvulle Bueno*¹

Introdução

Intelectual de destaque entre aqueles que se debruçaram sobre a questão da formação da nação brasileira, Caio Prado Júnior apresenta uma interpretação original e polêmica² da trajetória histórica brasileira, apoiada em um núcleo teórico que permeia todo seu pensamento e obra. Nosso objetivo é trazer à luz alguns aspectos deste núcleo teórico, na tentativa de contribuir para uma melhor compreensão da obra deste importante intelectual.

Na primeira parte, a matriz teórica e o método de investigação do autor, marcantes em seu pensamento, serão abordados. Logo após, teceremos algumas considerações sobre a formação de uma economia nacional no pensamento de Caio Prado, em que tentamos estabelecer algumas relações entre a última e o sentido da colonização, a marginalidade social, o imperialismo e a questão agrária.

1 Marxismo e materialismo dialético

A obra de Caio Prado não é de fácil leitura e compreensão. Entretanto, o contato com sua obra é facilitado se conhecermos tanto sua matriz teórica como seu método de investigação. A primeira, porque origina expressões e conceitos amplamente usados por Caio Prado; já o segundo, porque marca a forma de construção de seu raciocínio.

(1) Graduando – 3º ano (Unicamp. Instituto de Economia).

(2) Entre outras, podemos citar as polêmicas análises da questão agrária e da perspectiva da economia brasileira nos anos 60.

Historiador, Caio Prado adotava muitas das categorias analíticas presentes na obra do alemão Karl Marx (1818-1883) como ferramentas para uma “(...) sistematização da experiência coletiva do homem e elaboração teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana” (Prado Jr., 1972: 18), assim como várias das interpretações caiopradianas sobre o Brasil partiam das feitas por Marx sobre o funcionamento do capitalismo. Daí um contato prévio com a obra do último, a fim de conhecer tanto a terminologia como os conceitos mais comumente empregados, facilita a compreensão das análises e interpretações de nosso autor.

Esclarecido o papel da matriz teórica de Caio Prado em seu estilo, faz-se necessário uma breve abordagem de seu método de investigação, o materialismo dialético.

Primeiramente, entendamos dialética como uma “(...) maneira de abordar e considerar os fatos da Natureza, como posição ou ângulo em que se a de colocar o pensamento em frente a eles” (Prado Jr., 1968: 15). Mas em que consistiria esta maneira de abordar os fatos da Natureza? Basicamente em uma forma de captar mudanças de qualidade em nossa realidade. Assim, dentro de um fato escolhido, relacionar-se-ia uma identidade (ser, tese) à negação desta mesma identidade (não-ser, antítese), de modo que a última destruiria a primeira, gerando uma nova identidade (novo ser, síntese) que por sua vez passará por este mesmo processo e assim por diante.

Já a qualificação materialista do método dialético usado por Caio Prado vem da adesão à posição de Marx no debate com Hegel sobre a causalidade na determinação do movimento da realidade. Sinteticamente, poderíamos dizer que Marx defendia a premissa das condições materiais e históricas da sociedade sobre o mundo das idéias de Hegel como determinante da realidade.³

Vejamos como o método materialista dialético se apresenta no estilo do autor, acompanhando o seguinte trecho:

“É, pois, sob a ação de fatores contraditórios que evoluirá a nossa economia: por um lado, assistiremos ao desenvolvimento daquele sistema (cafeeiro), que atinge então um máximo

(3) Para uma síntese do debate entre Marx e o filósofo alemão Georg Friederich Hegel (1770-1831), ver Marx (1999: 11-18). Uma abordagem mais detalhada do tema está em Prado Jr. (1968), em especial os capítulos 1, 2 e 19; ver também Malagodi (1988).

de expressão com o largo incremento, sem paralelo no passado, de umas poucas atividades de grande vulto econômico, com exclusão de tudo mais. Mas, doutro, veremos resultar daquele mesmo desenvolvimento os germes que evoluirão no sentido de comprometer a princípio, e afinal destruir (se bem que o processo não esteja ainda terminado nos dias que correm) a estrutura econômica tradicional do país” (Prado Jr., 1969: 214-215).

Salta aos olhos o método materialista dialético: no trecho, Caio Prado vale-se da relação entre fatores contraditórios, no caso o desenvolvimento das forças produtivas dentro do sistema cafeeiro (ser) e o atendimento das necessidades da sociedade por tal desenvolvimento (não ser), de modo que ambas se resolvam em uma nova identidade, algo que viria após a destruição da estrutura econômica tradicional do país.

Tendo a matriz teórica e o método caiopradianos como pano de fundo, passemos a uma discussão sobre o núcleo teórico que caracteriza seu pensamento.

2 Formação de uma economia nacional

Todas as observações de Caio Prado sobre a trajetória da nação brasileira no mundo moderno alertam sobre a necessidade de um pleno desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, única forma de romper com a condição de miséria de grande parte da população e de subordinação do país frente aos países do centro capitalista. Mas não seria paradoxal um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) defender o desenvolvimento do capitalismo? A resposta é não, desde que consideremos sua matriz teórica marxista, que vê a superação do capitalismo apenas quando o desenvolvimento das forças produtivas⁴ se chocar com as relações de produção⁵, levando à revolução do proletariado e ao socialismo.⁶ Tal estágio das forças produtivas é possível apenas com o pleno desenvolvimento do capitalismo por seu

(4) Entendidas como tudo aquilo que contribui para a produção, desde técnicas, máquinas até a habilidade do trabalhador.

(5) Forma pela qual as classes sociais se relacionam com a produção e distribuição do produto social, sendo este entendido como tudo aquilo que uma sociedade produz em um determinado período de tempo.

(6) Para conhecer o desenvolvimento desta tese ler Marx & Engels (1996).

característico progresso técnico. Daí a defesa do capitalismo, como parte do processo para se chegar ao socialismo.

Entretanto, este desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil só seria possível se realizado por meio de um “sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população” (Rêgo, 1995: 14), caracterizando um rompimento com nossa inserção historicamente subordinada, analisada adiante.

Para ser mais preciso, nosso autor defende o amplo funcionamento do capitalismo dentro do espaço nacional, que se daria ao internalizar o circuito de reprodução ampliada do capital ($D - M - D'$)⁷ sob a forma de atividade industrial, permitindo a difusão do progresso técnico gerado na indústria por todos os setores econômicos

“(…) um processo contínuo e auto-estimulante, alimentando-se de suas próprias forças e propagando-se por elas; isto é, a técnica impulsionando e determinando novas técnicas; as atividades econômicas abrindo perspectivas para outras e mais largas atividades e tornando possível a sua realização” (Prado Jr., 1969: 321).

Este processo levaria a um conseqüente barateamento das mercadorias e uma maior participação da classe trabalhadora no produto social, via aumento de salário, pelo escasseamento da força de trabalho diante das necessidades das inversões. Entretanto, a internalização de tal circuito só seria possível mediante a existência de um mercado interno que possibilite tanto condições de inversão como de realização do capital.

Neste ponto, caberia um questionamento: por que a ênfase no ato de internalizar o circuito de reprodução ampliada do capital? Esta necessidade se deve à inserção periférica e subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial, inserção que deixa a fase D-M do circuito de reprodução – inversão – dependente das relações com o exterior para fornecimento de bens e serviços que atendam as necessidades da sociedade brasileira. Da mesma forma, a fase $M - D'$ do circuito – realização – depende da conjuntura dos mercados internacionais. A partir deste contexto é que se entende a premência em internalizar o circuito de reprodução ampliada, na forma de um mercado interno

(7) Ver Marx (1988), em especial os capítulos 1-3 e 20-21.

que dirija e dê condições para as forças de demanda e oferta seguirem os parâmetros e necessidades da sociedade nacional e não dos mercados internacionais.

A constituição de um mercado interno que possibilite a internalização do circuito D-M-D', suporte da economia nacional, sofre graves entraves, segundo a análise de nosso historiador. Estes entraves viriam da marginalidade social, do sentido de nossa colonização, do imperialismo e da questão agrária.

2.1 O sentido da colonização e marginalidade social

Um ponto marcante na obra de Caio Prado é sua interpretação sobre o sentido dado a nossa colonização pelo sistema capitalista que surgia no século XV. Em suas palavras, o sentido da colonização seria o seguinte:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (Prado Jr., 1965: 31).

Portanto, o sentido que foi imposto à colonização impedia a formação de um mercado interno, pois moldava toda sociedade única e exclusivamente para atender aos mercados consumidores estrangeiros, estruturando a atividade produtiva em torno tanto do latifúndio monocultor para a produção em grande escala de gêneros tropicais, como do trabalho escravo, uma reinvenção do capitalismo a fim de não impossibilitar a produção colonial com o custo de reprodução da força de trabalho.⁸

A organização da produção, nos moldes acima, gerou uma sociedade excludente:

(8) Para um aprofundamento nestes dois itens, ler Prado Jr. (1972, cap. 3-5); Prado Jr. (1965); Prado Jr. (1969, cap. 4-12); Rego (1995, cap. 6).

“De um lado, a pequena minoria de proprietários, dirigentes e usufrutuários, diretos ou indiretos da produção mercantil que constitui o nervo econômico da colônia. De outro, a grande massa que são os trabalhadores escravos ou assemelhados que fornecem o esforço necessário à produção” (Prado Jr., 1972: 49).

Esta estrutura social terá um papel de inibição nas possibilidades de desenvolvimento do mercado interno, como aponta nosso autor:

“A demanda efetiva nesse mercado se dividirá em dois setores praticamente exclusivos, ou pelo menos largamente predominantes: de um lado, um consumo de padrão elevado – o da categoria privilegiada da população – que a produção da colônia não está em condições de atender, e que será satisfeita essencialmente pela importação (como entre outros e especialmente, de gêneros alimentícios e vestimenta de luxo); e que, de qualquer modo, tem expressão quantitativa global muito pequena, porque aquela categoria privilegiada é numericamente insignificante. O outro setor da demanda efetiva é de consumidores que embora constituindo a massa da população, são de nível econômico extremamente baixo, ou se acham fora do comércio, como os escravos. Não apresentam por isso, apesar de seu grande número, uma demanda efetiva global apreciável” (Prado Jr., 1972: 49).

Portanto, demanda e oferta, constituintes de um mercado interno, foram atravancados pelo sentido de nossa colonização. Esta exclusão social e produção, apenas para o mercado exterior, criaria graves entraves para a industrialização brasileira.

“(…) o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza do seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado por força do baixo padrão dominante no país, mas, sobretudo, qualitativamente mal disposto e coordenado por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia que, organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para o exterior, não se apóia e articula nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira” (Prado Jr., 1969: 322).

O sentido de nossa colonização ainda nos deixou outro legado: o estabelecimento do centro dinâmico de nossa economia no setor externo, implicando que toda conjuntura externa definiria a forma como a economia nacional se organizaria. As fases do açúcar, da borracha, do café e até mesmo da industrialização por substituição de importações demonstram como uma conjuntura favorável para alguns produtos no mercado internacional (açúcar, borracha, café) ou desfavoráveis (substituição por importações) refletem-se no país, definindo as bases materiais sobre as quais se assenta a sociedade brasileira. Nas palavras de Caio Prado,

“As vicissitudes da nossa economia e da própria sociedade brasileira, no seu conjunto e em todas as partes de que geograficamente se compõe, acompanharam sempre, muito estreitamente, as flutuações da conjuntura comercial dos respectivos produtos de exportação, tanto nos seus altos como nos baixos. O capital, as inversões, as atividades produtivas e tudo mais, até mesmo os índices demográficos, se condicionam direta e imediatamente àquela conjuntura. São seu reflexo e sua consequência” (Prado Jr., 1972: 89).

Estando o centro dinâmico fora de nossa sociedade, a formação do mercado interno e sua consolidação deste como novo centro dinâmico da economia seria a solução para que a sociedade brasileira pudesse determinar sua própria direção no desenvolvimento econômico e social.

Não bastasse os fatores discutidos acima, legado do sentido que tomou nossa colonização, a formação de um mercado interno e de uma economia de bases nacionais enfrenta outro grande entrave na análise de Caio Prado: a fase imperialista do desenvolvimento capitalista, que veremos a seguir.

2.2 Imperialismo

Ao ser incorporado ao sistema capitalista mundial imperialista, o Brasil, segundo nosso autor, se coloca “(...) na condição, que já era sua, de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (Prado Jr., 1972: 55), ou seja, o imperialismo forma

“(...) um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, em que tais inversões (produtivas em países periféricos) não constituem mais que elementos (embora propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto. O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura, que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional” (Prado Jr., 1969: 273).

Entretanto, a condição subordinada do Brasil nesta nova ordem mundial terá repercussões diferentes de quando estava inserido no capitalismo mercantil sob o Pacto Colonial. A nova ordem imperialista será contraditória, pois ao desenvolver as forças produtivas da nação (transportes, energia, comunicação, etc.) a fim de que se atenda a demanda de matérias-primas do mercado exterior, criará tanto as bases materiais para internalizar o circuito de reprodução

ampliada do capital – uma solução positiva da contradição – como para que a posição de primário exportador se aprofunde – uma solução negativa da mesma contradição – em que “sobrarão, nesta internacionalização da vida econômica brasileira, um punhado de atividades que vegetam ao lado e em torno das grandes iniciativas internacionais de que o país é levado a participar” (Prado Jr., 1969: 275).

Em sua obra, Caio Prado considera a contradição que o imperialismo impõe ao Brasil (volta à condição colonial de fornecedora de produtos primários ao mercado externo) como fonte de impasse para a formação da nação. Esta posição advém, principalmente, de dois argumentos: a instabilidade e as restrições do balanço de pagamento que o imperialismo impõe a nossa condição periférica.

O argumento da instabilidade se apóia no fato de que:

“Estimulados pelas concorrências, os grandes trustes industriais resolvem descentralizar sua produção, disseminando-se suas unidades pelo mundo e localizando-as nos pontos estratégicos dos mercados e das fontes de matérias-primas; o Brasil recebe uma quota desta distribuição e se industrializa; mas qualquer nova conjuntura mundial, econômica ou política, pode tornar outro ponto mais interessante: para lá se abala a indústria recém-criada...” (Prado Jr., 1969: 274).

Ou seja, a mobilidade do capital estrangeiro e sua falta de compromisso com a sociedade que em torno dele se organiza, quando transformado em atividade produtiva, gera instabilidade social.

A própria forma oligopolista/monopolista assumida pelo capital internacional potencializa a instabilidade, por não permitir que a iniciativa privada nacional concorra com este capital.

“Ora, são desses trustes os empreendimentos que se estabelecem no Brasil por efeito das inversões de capital estrangeiro, ou pelo menos da maior e mais significativa parte dele. (...) Não se pode assim considerá-los como simples cooperadores e impulsionadores do desenvolvimento econômico brasileiro, prontos a cederem o lugar, ou pelo menos se retraírem logo que iniciativas nacionais estiverem em condições de promoverem, por si sós, o desenvolvimento econômico do país. Pelo contrário, eles se erguerão sempre como obstáculos a essas iniciativas (...) que precisam ser eliminadas” (Prado Jr., 1969: 309).

Diante disto, o capital internacional permite ao nacional apenas um papel complementar

“(...) aos poucos, a indústria brasileira evolui para a situação a que se verá reduzida e que não será, fundamentalmente, mais do que uma constelação de filiais e subsidiárias, mais ou menos declaradas, de grandes empresas imperialistas” (Prado Jr., 1969: 307).

A subordinação e complementariedade impostas ao capital nacional acaba por ligá-lo, irremediavelmente, a inerente instabilidade advinda da mobilidade do capital internacional. Em outras palavras, “(...) a mobilidade espacial do capital internacional não permite que o mercado interno se afirme como instância estratégica da concorrência intercapitalista” (Sampaio Jr., 1999: 105).

O segundo argumento, das restrições de nosso balanço de pagamento, apóia-se na incapacidade de conseguirmos divisas em volume suficiente para atender aos compromissos assumidos com o capital financeiro internacional, na forma de serviço da dívida e de remessas de lucro.

“Em suma, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que se promove pelo concurso de inversões estrangeiras do tipo que consideramos, isto é, realizadas pelos trustes internacionais, é essencialmente precário e autolimitante, pois aquelas inversões determinam, elas mesmas, as circunstâncias que tendem a restringi-las e que são as novas obrigações delas derivadas e que reduzem ainda mais a capacidade de pagamento externo dos países em que se efetuam” (Prado Jr., 1966: 212).

Esta incapacidade de conseguir divisas impossibilitaria a formação de uma economia em bases nacionais porque seríamos forçados a nos concentrar novamente em atividades primário-exportadoras, única forma de conseguirmos divisa, levando-nos novamente a uma economia que não atende às necessidades da sociedade nacional. “Como o capital internacional só se realiza quando se transforma em moeda conversível, a extrema vulnerabilidade do balanço de pagamentos das economias subdesenvolvidas torna-se uma fonte adicional de imprevisibilidade que solapa a confiança da iniciativa privada (...)” (Sampaio Jr., 1999: 109), dificultando a organização de um mercado interno.

Portanto, a inserção periférica do Brasil no sistema capitalista mundial levaria a uma reversão ao estatuto de colônia, já que o “(...) processo de industrialização brasileiro, ao basear-se nas empresas imperialistas, teria pernas

curtas e acabaria reforçando o velho sistema colonial ao exigir a crescente expansão das exportações e, por conseguinte, a manutenção do setor agroexportador” (Mantega, 1984: 247) como base sobre a qual se organizaria a sociedade.

2.3 A questão agrária

Caio Prado considera o setor agrário uma das grandes forças constitutivas de uma economia de bases nacionais, tendo em vista que uma transformação econômica no campo, ao intensificar e diversificar as atividades produtivas agrícolas, estenderia o mercado consumidor e fornecedor para a indústria, ampliando as possibilidades de inversão e realização do capital.

No entanto, o predomínio do latifúndio monocultor como modo de organizar a produção agrícola, herança de nossa colonização, constringe a constituição de um mercado interno propício à reprodução ampliada do capital. A “grande propriedade monocultora, por atender o mercado externo e apresentar baixa remuneração do trabalhador agrícola, impede um mercado interno como expressão da integração de sua população a padrões de vida menos desiguais” (Rêgo, 1995: 177).

Devemos ter clareza de como a baixa remuneração do trabalhador se liga ao latifúndio. Tal forma de organização da produção causa simultaneamente uma escassez relativa de terras (poucos proprietários possuindo grandes extensões) e uma abundância relativa de mão-de-obra (pouca terra disponível para muitas pessoas dispostas a trabalhá-las), ambos contribuindo para a baixa remuneração do trabalhador agrícola por acarretarem um excesso de oferta de mão-de-obra. A “(...) presença de uma superpopulação relativa marginalizada do mercado de trabalho bloqueia os mecanismos de socialização dos frutos do progresso econômico, o que restringe o processo de ampliação e diversificação do mercado consumidor” (Sampaio Jr., 1999: 105-106).

Diante deste problema, Caio Prado defendia um plano de ação que destoava daquele do PCB⁹ da época para solucionar o problema agrário. Argumentava em favor de primeiro mudar as relações de produção no campo, através de uma legislação trabalhista que garantisse uma maior participação do trabalhador rural no produto do setor, na forma de maiores remunerações, constituindo uma massa apta de consumidores. Apenas em um segundo momento proceder-se-ia a necessária redistribuição da propriedade da terra através de uma reforma agrária, deslocando parte dos trabalhadores para a condição de pequenos agricultores autônomos, fato que escassearia ainda mais a oferta de mão-de-obra e aumentaria a remuneração do trabalhador rural.

Conclusões

Marcadamente original, a interpretação caiopradiana da realidade brasileira não é de fácil apreensão. Entretanto, se apreendermos o mote central de sua interpretação, ou seja, a análise das forças que influenciam a formação de uma economia nacional, a análise do autor torna-se mais acessível.

Partindo da privilegiada posição que ocupa no pensamento de Caio Prado, a formação de uma economia nacional autodeterminada e que vise aos interesses da sociedade que dela participa, pode-se compreender o papel desempenhado pelo sentido da colonização em sua análise, pois este sentido moldou tanto nossa sociedade como nossa economia, interferindo, diretamente, nas possibilidades de internalização do circuito de reprodução ampliada do capital até a nossa independência política em 1822, já que dirigia todos os esforços para atender única e exclusivamente os mercados externos, e indiretamente até os dias de hoje, pela desigualdade social que permeia a questão agrária e impede o surgimento de um mercado interno.

Dentro desta estrutura dada pela colonização, podemos compreender como a mudança do capitalismo mercantil para o financeiro ou imperialista, ao mesmo tempo em que dá as bases materiais para a formação da nação, atravança-a, pois acaba, na visão de nosso autor, remetendo-nos novamente para uma forma de economia que atende ao mercado externo e não à nação.

(9) Esta posição vem de um debate entre Caio Prado e o PCB. Para um panorama do mesmo ver Mantega (1984: 236-261, cap. 4-5).

Portanto, este é o núcleo teórico que permeia a obra de Caio Prado Júnior, e que esperamos ter contribuído para um maior esclarecimento sobre o mesmo, possibilitando que outros aspectos da obra deste notável intelectual possam ser compreendidos mais facilmente.

Bibliografia

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- MALAGODI, Edgard. *O que é materialismo dialético*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).
- MARX, Karl. *O capital*. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- _____. Coleção Os pensadores. São Paulo, 1999. Nova Cultural.
- MARX, Karl, ENGELS, Friederich. *O manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- PRADO JR., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *Notas introdutórias à Lógica Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: USP. FFLCH, 1995. (Tese, Doutorado).
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.